

Presença do ideário da escola nova: a pedagogia do jornal no Grupo Escolar Professor Ildfonso Mascarenhas, Ituiutaba, MG (1956–60)

Progressive education and pedagogy: the elementary student newspaper making at Ildfonso Mascarenhas public school in Ituiutaba, MG (1956–60)

Marina Baduy¹

Juliane Silva de Souza Sevilha²

Betânia de Oliveira Laterza Ribeiro³

Armando Quillici Neto⁴

128

Resumo: Este estudo explora as relações entre grupo escolar e movimento escola nova pelo viés das práticas pedagógicas. A hipótese é que no grupo escolar o ideário escolanovista se fez presente de forma mais longa em procedimentos como a produção de jornal escolar no Ensino Primário. O objetivo foi analisar o caso do jornal escolar de um grupo escolar de Ituiutaba, MG, e as possibilidades de repercussão na vida dos estudantes. Filiado à história das instituições escolares (sujeitos, práticas e consequências) e à história dos intelectuais da educação (movimentos), o trabalho se desdobra mais como uma reflexão histórica derivada de uma pesquisa documental cujas fontes foram textos de jornal, exemplar de jornal escolar, regulamento do ensino primário e relatos orais. Os elos entre Escola Nova e jornal escolar como pedagogia aparecem em duas perspectivas: na do francês Célestin Freinet,

¹ Marina Baduy é mestre em Educação e graduada, bacharelada em História, Psicologia e Pedagogia e especializada em Psicopedagogia. É doutoranda em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia. Atua como professora efetiva e em atividade no município de Ituiutaba e no estado de Minas Gerais.

² Juliane Silva de Souza Sevilha é mestranda em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia; graduada em Pedagogia e especializada em Inspeção Escolar e Atendimento Educacional Especializado. É professora de educação básica no Ensino Fundamental 1 da rede escolar pública municipal de Uberlândia há onze anos. E-mail: julienesilvadesousa@yahoo.com.br

³ Betânia Ribeiro é doutora em Educação pela Universidade de São Paulo. Tem mestrado em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia e graduação em Pedagogia pela Universidade de Uberaba. Tem pós-doutorado em Psiquiatria, Neurologia e Psicologia Médica pela Universidade de São Paulo (Ribeirão Preto) e em Educação pela Universidade de Uberaba. É professora titular no Instituto de Ciências Humanas do Pontal, curso de Pedagogia, e do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia. É pesquisadora produtividade do Conselho Nacional de Pesquisa.

⁴ Armando Quillici Neto é doutor em Educação pela Universidade Estadual de Campinas. Mestrado em Filosofia na Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Graduação em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas - PUCAMP. Professor titular na Universidade Federal de Uberlândia - UFU, Campus Pontal.

Recebido em 21/07/2024

Aprovado em 28/08/2024

Sistema de Avaliação: *Double Blind Review*



sistematizador da pedagogia do jornal escolar (das vantagens) e educador associável ao movimento da escola; e a de Francisco Campos, autor de uma reforma do ensino calcada no ideário escolanovista no Brasil. No texto da reforma, estão concepções que dialogam quase literalmente com o que Freinet concebe como vantagem social da pedagogia do jornal; ou seja, relações de cooperação e socialização horizontal entre alunos e professores. No grupo escolar estudado, cuja história de funcionamento nos primeiros foi marcada por condições desfavoráveis materialmente, a pedagogia do jornal se mostrou tão acertada que teve reconhecimento formal da secretaria de educação de Minas Gerais, além de ter sido longo (1956–1961 ao menos).

Palavras-chave: Grupo escolar. Escola Nova. Pedagogia do jornal.

Abstract: This study explores the relationship between elementary public school (grupo escolar), the progressive education movement and pedagogical practices. Its hypothesis is that in the grupo escolar, the progressive education remained for a long period in procedures as the making of a primary level student newspaper. The aim was to analyze the case of the student newspaper made in a grupo escolar in Ituiutaba, MG, and how it could affect students' lives in and out of the school. Linked to the school institutions history (subjects, practices, consequences...) and the history of education intellectuals (its movements), this work is a historical approach derived from a research whose evidence were newspaper stories, student newspaper copies, primary school regulations and oral accounts. The links between progressive education and student newspaper as pedagogy appear in two perspectives: that of the Frenchman Célestin Freinet, educator who may be associated with the progressive education who theorized the student newspaper pedagogy (its advantages); and that of Francisco Campos, author of a teaching reform based on the progressive education ideas in Brazil. In the reform, there are ideas linked almost literally to what Freinet saw as the the student newspaper pedagogy social advantage; in other words, cooperation and horizontal socialization between students and teachers. In the school group we studied, whose early history was marked by materially unfavorable conditions, the student newspaper pedagogy proved to be so successful that it was formally recognized by the state of Minas Gerais education department, besides being lasting (1956–61 at least).

Keywords: Elementary public school. Progressive education. Student newspaper.

1 Introdução

Dois fenômenos distintos, porém interligados, na história da educação no Brasil se encontram neste trabalho: o grupo escolar e o movimento da escola nova. Um fenômeno institucional-escolar; um fenômeno intelectual-educacional. Este trabalho adentra esses dois campos de compreensão pelo destaque de um elemento de cada: de um lado, uma escola primária pública; de outro, um procedimento pedagógico; por um lado, respectivamente, um grupo escolar do interior de Minas Gerais, por outro, a pedagogia do jornal escolar.

Em sentido estrito, este texto argumenta em favor da hipótese de que o grupo escolar foi lócus onde o ideário da escola nova se fez presente com mais força e de forma mais

longeva, em especial na dimensão do aparato pedagógico de que se imbuíu o Ensino Primário em tal modelo de instituição. Significou não só a prática do que preconizavam os escolanovistas, mas ainda a permanência de um ideário educacional abraçado por governos estaduais como os de Minas Gerais. Para desenvolver tal hipótese, foi feita uma pesquisa que objetivou apresentar um caso de ocorrência da pedagogia do jornal escolar aplicada em um grupo escolar e as possibilidades de repercussão na vida dos estudantes dentro e fora do grupo escolar.

Embora tenha um fundo de história da educação, o trabalho se apresenta mais como reflexão histórica, e menos tentativa de história da pedagogia do jornal escolar. Mas vale dizer que se filia à história das instituições escolares, em especial de seus sujeitos, suas práticas e das consequências, assim como da relação com sociedade na medida em que o grupo escolar ofertava uma formação que se coadunava com requisitos mínimos das demandas por mão de obra; se não para contratação integral, ao menos para programas de aprendizes e estágios. Igualmente, se evoca a história dos intelectuais da educação e seus movimentos. Como proposição de reflexão histórico-educacional, este estudo derivou de uma pesquisa documental que se valeu dos seguintes documentos: textos da imprensa, jornal escolar, regulamento do ensino primário e relatos orais. Adicionalmente, foram considerados estudos da história da educação no Brasil, em especial do grupo escolar, como fundamento e contexto.

2 O Grupo Escolar Professor Ildefonso Mascarenhas

A criação de um grupo escolar era motivo de contentamento popular e assunto de divulgação na imprensa. Também era ocasião para o trabalho não pedagógico de seu corpo docente: professoras e professores se viam encarregados de ações diversas daquelas presumidas para a sala de aula (lecionar, acompanhar o desenvolvimento dos alunos, ensinar hábitos de higiene etc.). Cabia-lhes — assim como a diretores e diretoras — criar condições de funcionamento do grupo escolar.

Tais ações extramuros podem ser situadas no contexto da criação e dos primeiros anos de existência do Grupo Escolar Professor Ildefonso Mascarenhas, de Ituiutaba, MG. Foi fundado em 1947 (via decreto 2.395, de 31 de janeiro, publicado oficialmente em 1º de fevereiro). Sua instalação ocorreu em prédio antigo, e a solenidade de inauguração contou com autoridades do município, professoras, convidados e representante do então secretário de Educação, Ildefonso Mascarenhas. O grupo escolar surgia no contexto de reformas da instrução pública e formação docente para combater o analfabetismo no Brasil, no estado (Minas Gerais) e no município (Ituiutaba) (Baduy, 2020).

Uma vez definido o corpo docente, partiu-se para a ação: atender o corpo discente: 460 matriculados. Muitos eram oriundos de famílias que se mudaram para o município a fim de trabalhar nas lavouras de arroz e que se viram instadas a morar na cidade, onde as oportunidades de escolarização se aliavam às de emprego no comércio e no serviço doméstico. Além de alimentação, presumia-se que o aluno necessitasse de “boas práticas de higiene”. As condições precárias iam além do ambiente doméstico dos alunos cujas famílias se viam sem condições financeiras favoráveis. Isso porque os mais de quatrocentos alunos matriculados tinham de estudar em prédio antigo e já desgastado pela ação do tempo (Baduy, 2020).

A conquista do prédio próprio resultou de muita luta, determinação e apoio: do governador do estado, dos prefeitos e, em especial, de professoras e diretoras. A escola cresceu e foi procurada pela comunidade, pelo valor das educadoras e pela credibilidade da equipe gestora. Logo, com a consolidação do prédio em sede própria, a demanda por alunos aumentou, assim como a liberdade deles, visto que agora tinham uma referência na qual práticas e aprendizagens se mesclavam com a luta pelo acesso à escola (Baduy, 2020).

3 Desempenho e práticas discentes no grupo escolar Mascarenhas

Como componentes da cultura escolar, as práticas cotidianas das instituições escolares são tratadas como normas e práticas não analisáveis sem se considerar o corpo profissional chamado a obedecer e cumprir tais normas e práticas; ou seja, a utilizar dispositivos pedagógicos encarregados de facilitar sua aplicação. Nesse caso, os encarregados eram os professores primários. Como diz Julia (2001, p. 11), além dos limites da escola, “poder-se-ia buscar identificar, em um sentido amplo, modos de pensar e de agir largamente difundidos no interior de nossas sociedades, modos que não concebem a aquisição de conhecimentos e de habilidades senão por intermédio de processos formais de escolarização”.

Dentre tais modos de conceber a aquisição do saber e do desenvolvimento de habilidades, estão os métodos para desempenhar o trabalho escolar propriamente dito, ou seja, do docente e do discente. Um desses modos que penetrou na escola brasileira foi o método intuitivo. Como informa Schelbauer (2003), esse método tem raízes históricas no desenvolvimento de teorias pedagógicas na França; e sua origem se vincula ao declínio do ensino escolástico, no fim do século XVIII. Seus preconizadores, pensadores e

educadores

incluem Locke, Condilac, Rousseau, Pestalozzi, Basedow, Campe, Froebel, Diesterweg e outros que reconheceram ser essa forma de ensino apropriada à escola popular, fazendo-se pela via da demonstração sensível, visível e palpável de um modo amável, alegre e prático.

Sobre a ideia de intuição e método de ensino escolar, cabe replicar o que disse Schelbauer (2003, p. 9), com base em Buisson (1897): a intuição seria ato “natural” e “espontâneo” da inteligência do homem; ato por que “o espírito apodera-se de uma realidade, sem esforço, sem intermediário, sem hesitação”. O homem age por intuição quando o espírito, “seja pelos sentidos, seja pelos julgamentos, seja pela evidência”, mostra aos olhos a “visão distinta de um objeto”. “Assim a intuição não é uma faculdade a parte, não é algo de estranho e de novo na alma humana. É a própria alma humana percebendo espontaneamente o que existe nela ou em torno dela”.

3.1 *Alfabetização no grupo escolar Mascarenhas*

Dadas essas concepções, convém dizer da alfabetização no grupo escolar Mascarenhas. Através do método de separação de sílabas, os alunos aprendiam as primeiras letras; mas era um aprendizado complicado em razão das condições de trabalho das professoras. Careciam de material didático que lhes permitisse entender as práticas escolares. Mais que isso, enfrentavam obstáculos na manutenção da escola. Com o passar do tempo e o auxílio da comunidade para manutenção do prédio, passaram a trabalhar com a cópia e o mural, contendo trabalhos gráficos de estímulo à criatividade e imaginação. As cópias eram para treino da escrita. Os desenhos seriam usados para desenvolver a coordenação motora em atos como a forma de pegar no lápis, traçar riscos e fazer circunferências. Também se desenvolveram práticas de aritmética com problemas de adição, subtração, multiplicação e divisão utilizando atividades do cotidiano com problemas a ser resolvidos (Baduy, 2020).

Mesmo como tais recursos, o trabalho docente nos primeiros anos da escola se sujeitava à precariedade da situação do prédio e à falta de recursos materiais, como sugere a fala de uma ex-professora e ex-diretora.

A gente tinha que escorar as janelas, era uma casa velha e lá nós funcionávamos de manhã, de tarde e de noite. Com 460 alunos nós iniciamos o Mascarenhas, era de nível pobre, era de gente, assim, que não conseguia escola. [...] A merenda saía em uma cozinha amoadinha,

muito acanhada. Não tinha um pátio, era debaixo de uma mangueira que elas comiam e eu dava aula de Educação Física. Então era bem elementar a escola. [...] A professora antiga era batalhadora, ela envolvia, assim, com garra... a professora daquele tempo era “mãezona” lá dentro da escola, era aquela pessoa que segurava mesmo (Bittar, 2008, entrevista).

Como se lê, o magistério como profissão supunha ter o aluno como prioridade não só da formação escolar, mas também da alimentação, pois aprendizagem escolar requer que a criança não tenha problemas de saúde. Como muitos alunos vinham de famílias de condições financeiras limitadas, a escola procurou suprir tal demanda com merenda, dada de forma geral a todos que quisessem. Segundo a entrevistada, havia discentes que iam à escola não só por causa do aprendizado, mas também por causa da sopa — a merenda que era servida. Quase metade deles era de famílias com necessidades materiais severas, logo a alimentação escolar motivava a frequência, a despeito do estudo, que ficava em segundo plano. Mesmo que a sopa fosse para alguns alunos, a escola não excluía os demais: todos lanchavam. O relato de um ex- aluno dá indícios dessas circunstâncias.

[...] naquela época, os “meninos da caixa” [que dependiam da caixa escolar] eram os meninos mais pobres. Naquela época... quando nós estudávamos, era tudo misturado, os pobres e os ricos, até a quarta série. Depois, cada um ia para outra escola que quisesse. Então, eu me recordo bem dessa sopa: era um mingau para os pobres, os “meninos da caixa”, que falava naquela época. Mas no final dava para todo mundo a sopa, rico e pobre. Todo mundo comia (W. A. 2011, entrevista).

Essa passagem reitera a ideia de dificuldade da escola em seus primórdios. Ainda que alguns discentes viessem de um meio familiar de restrições materiais — e outros, não —, o ambiente da escola os igualava em parte, pois todos comiam o “mingau para os pobres”.

O entrevistado disse ter se iniciado nos conteúdos escolares em casa, com o pai. Segundo relatou, uma vez que seu pai percebeu que ele havia aprendido certos elementos da instrução escolar — transmitidos em associação com costumes e valores culturais —, decidiu que era tempo de matriculá-lo numa escola, a contragosto do entrevistado. Este relembrou que gostava de ler e gostava da sopa-merenda, mas não queria ir à escola porque sabia que, lá, seu aprendizado estaria associado a castigos como a palmatória e o “bolo”, então comuns como formas de trabalhar com alunos que tinham dificuldades de aprendizagem.

A preocupação do entrevistado procedia. Sua fala revela o que era ter dificuldades de aprendizagem em meio a discentes que não as tinham. Quem punia os alunos com

dificuldades era justamente o discente que se destacava.

Todos os alunos riam de nós, pois tinha um menino [...] que ele sabia tudo. E eu morria de raiva dele. Ele acertava tudo que a professora perguntava. Então, ela punha ele para bater na gente. Ele ficava só esperando, com a palmatória na mão, até cuspiam nela para a dor ser maior. Eu morria de raiva dele. Mas tinha que ser assim: se errasse, apanhava. Isso [com] os meninos pequenos; [n]os maiores a professora batia com a régua (W. A., 2011, entrevista).

Como podemos perceber, os castigos corporais eram predominantes; mais que isso, a violência física se somava à “violência” moral como modos de persuasão e instrumento de opressão e repressão em lugar de qualquer outra pedagogia. Em meio a entraves como esse, o entrevistado disse que estudou até o quarto ano, mas que não quis prestar o exame de admissão para ingressar no Ginásio, pois desejava trabalhar para ajudar o pai na lavoura. Ainda que tenha alcançado um estágio de formação escolar que lhe permitia ampliá-la, se viu instado a cessar seus estudos. Mas considera que, mesmo tendo estudado pouco, teve oportunidades de ascensão social (foi vereador por dois mandatos em Ituiutaba).

A fala do entrevistado alude ao início da existência do grupo escolar Mascarenhas, isto é, a um tempo de escolarização pública escassa e de famílias sem condições econômicas de manterem a prole em escola particular. Nesse sentido, tal fala se alinha na da ex-diretora Nagib Bittar quanto a revelar o cenário do grupo escolar e o esforço do corpo profissional da escola, que trabalhava para superar a precariedade. Além disso, sugere que a escola pública de então pode ser vista como extensão do lar, enquanto a professora seria a mãe e os alunos seriam seus filhos. A “professora-mãe” precisava suprir todas as necessidades da “escola-lar”, o que isenta o Estado de certas responsabilidades e funções. Mais que isso, tal condição impunha às professoras a missão de separar a vida pessoal da vida profissional: separar o carinho pelo aluno no magistério do carinho que se espera de uma mãe no lar.

Tal qual a mãe que se preocupa com o sustento dos filhos, a professora tinha de se ater à manutenção da caixa escolar, fosse com doações próprias ou angariadas em meio à sociedade. A caixa escolar tinha papel extenso. Suas funções primárias eram de arrecadação e distribuição de recursos. Seus efeitos incidiam no trabalho do corpo docente e da administração. Deixar o corpo discente ciente desse recurso era uma forma de sustentar a disciplina em nome do ideal de ordem e progresso a ser construído. Como o Estado não conseguia arcar com todo o ônus que a instrução pública exigia, havia a

necessidade de a sociedade fazer o bem para o grupo escolar: a instituição eleita para escolarizar em massa.

A criação de tal mecanismo, mantido (em parte) pela sociedade civil, foi uma estratégia do Estado para não comprometer tão intensamente suas finanças, já fragilizadas, na constituição dos grupos escolares, empreitada significativamente onerosa para os cofres públicos. O Regulamento da instrução pública mineira, de 1911, determinava que a criação da Caixa Escolar em grupos era obrigatória e em escolas isoladas, facultativa (Viegas, 2012, p. 152).

Como profissional da sala de aula, a professora tinha de procurar se desenvolver em seu ofício, com propostas de ensino e práticas de aritmética, história, geografia, artes e língua portuguesa. O que era coerente com o conteúdo com que alunas normalistas estudavam; ainda que o currículo apresentasse falhas, sobretudo no primeiro ciclo do Normal. Neste último, as disciplinas estavam distribuídas conforme o quadro a seguir.

QUADRO 1 – Distribuição de disciplinas primeiro ciclo do curso Normal

DISCIPLINAS	SÉRIES
Português	I II III IV
Matemática	I II III
Geografia Geral	I
Geografia do Brasil	II
História Geral	III
História do Brasil	IV
Ciências Naturais	I II
Anatomia e Fisiologia Humanas	III
Higiene	IV
Educação Física	I II III IV
Desenho e Caligrafia	I II III IV
Canto Orfeônico	I II III IV
Trabalhos Manuais	I II III
Psicologia e Pedagogia	IV
Didática e Prática do Ensino	IV

FONTE: Xavier, Ribeiro e Noronha (1994, p. 197) — elaboração: Marina Baduy, 2020

As disciplinas que constavam em todos os anos eram: Português, Educação Física, Desenho e Caligrafia, Canto Orfeônico. Assim, priorizava-se mais uma cultura geral, e menos disciplinas de formação pedagógica e didática. Por sua vez, para o segundo ciclo o currículo se diversificava mais, como se lê no quadro a seguir

QUADRO 2 – Currículo do segundo do curso Normal

DISCIPLINAS	SÉRIES
Português	I
Matemática	I
Física e Química	I
Anatomia e Fisiologia Humanas	I
Música e Canto Orfeônico	I II III
Desenho e Artes Aplicadas	I II III

Educação Física, Recreação e Jogos	I II III
Biologia Educacional	II
Psicologia Educacional	II III
Higiene, educação sanitária, puericultura	II III
Metodologia do Ensino Primário	II III
Sociologia Educacional	III
História e Filosofia da Educação	III
Prática do Ensino	III

FONTE: Xavier, Ribeiro e Noronha (1994, p. 197) — elaboração: Marina Baduy, 2020

Compreende-se que as disciplinas que compõem as séries do segundo ciclo mantinham a tendência do primeiro: destinar ao curso Normal um currículo com mais elementos de cultura disciplinar geral, e menos disciplinar específica, ou seja, pedagógica e didática. Mais que isso, nota-se uma oferta limitada de conteúdos relativos à leitura e escrita. O aprender a ler e a escrever como objeto de ensino no grupo escolar — como base da atividade escolar discente para apreender conteúdos variados — restringia-se à disciplina Português na escola Normal. Nesse sentido, cabia ao professor atuante desenvolver atividades que presumissem a leitura e a escrita em uma proposta pedagógica, também, em disciplinas que não Língua Pátria (no grupo escolar), isto é, também em atividades de Aritmética, História, Geografia, Artes etc. E cabia fazê-lo não só na sala de aula; também fora.

Com efeito, Antunes (2003, p. 47) salienta a importância de o professor desenvolver práticas de escrita escolar que considerem o leitor — uma escrita com destinatário e finalidades — para, então, decidir sobre o que será escrito; afinal, “a escrita, na diversidade de seus usos, cumpre funções comunicativas socialmente específicas e relevantes”. Também Freire (1999, p. 34) se refere a esse ponto ao dizer que “o homem deve aprender a falar sua própria palavra e não apenas repetir a do outro”.

Esses argumentos — de Freire e de Antunes — parecem se projetar no cotidiano da escola aqui considerada e em sua publicação de um jornal intraescolar. De fato, no grupo escolar Mascarenhas, seu corpo docente e discente se empenhou em desenvolver atividades pedagógicas de leitura e escrita envolvendo sala de aula e outros espaços escolares. Uma medida de tal empenho para estimular a produção escrita e a criatividade discente foi fundar um jornal interno onde foram trabalhados conteúdos cívicos em função de datas comemorativas nacionais e municipais; isto é, que permitiu combinar conteúdos de Língua Pátria com conteúdos de História do Brasil (Baduy, 2020).

3.2 O brasileiro: *a imprensa do grupo escolar Mascarenhas*

Com efeito, os trabalhos com leitura e escrita foram estimulados pelas professoras com a criação de *O brasileiro*, jornal interno ao grupo escolar Mascarenhas. Em sua edição e publicação, foi possível trabalhar questões relativas à formação de cidadãos, desenvolver sentimentos patrióticos, transmitir sistemas de valores e oferecer conhecimentos necessários à vida pública do cidadão, a exemplo da capacidade de se expressar pela escrita. Em certo sentido, a produção do jornal convergia para os livros didáticos e suas formas discursivas: livros de leitura, cartas constitucionais adaptadas e comentadas, contos, poesias, narrativas biográficas... Era amplo o leque de gêneros narrativos que ora privilegiaram temas patrióticos, ora enfatizaram abordagens sobre leis pertinentes à organização política dos países e sobre o civismo como marca da escolarização (Baduy, 2020).

Como jornal interno ao grupo escolar, *O brasileiro* publicava textos sobre o que ocorriam no interior da escola. Com isso, os alunos podiam ter compreensão dos eventos e se inteirarem de problemas e dificuldades como as da caixa escolar. Como é de se supor, o jornal se abria aos alunos como veículo de publicação de seus textos — as redações. As professoras estimulavam os alunos a escrever através de aulas sobre datas comemorativas e assuntos relativos às séries; é claro, também ao que estavam aprendendo.

137

FIGURA – Capa do jornal *O brasileiro* publicado por professores e alunos do Grupo Escolar Professor Ildefonso M. Silva (ano 2, n. 18, abril–maio/1957), Ituiutaba, MG



FONTE: Arquivo da Escola Municipal Professor Ildefonso Mascarenhas da Silva

O trabalho de professoras e alunos demonstrava o esforço e a capacidade aplicados no labor pedagógico; ou seja, a luta contínua dos corpos docente, discente e administrativo para consolidar o grupo escolar como relevante e conceituado. Fosse em salas de aula ou espaços abertos como o pátio, era importante estimular a criatividade e a imaginação como caminhos para o aprendizado e o desenvolvimento intelectual. Nesse sentido, *O brasileiro* vinha prestigiar tais esforços, de modo que sua publicação se imbricasse nas atividades de sala de aula quando os alunos tinham seus textos publicados no jornal. Esse labor fica patente em edição do jornal que homenageou as mães. O jornal circulou de 1956 até ao menos 1961, em edições em geral bimensais que chegaram ao número 38.

4 A pedagogia do jornal: a escola nova no grupo escolar

A produção de um jornal na escola pública pode ser vista como estratégia de formação escolar discente (e docente) em prol da formação do cidadão crítico e consciente, participe ativo da consolidação da cidadania. Não por acaso, há quem diga que o jornal na escola e o jornal escolar têm sido aliados no incentivo à leitura e à produção de textos; tem sido instrumento pedagógico útil a uma prática bem-sucedida de debate e colaboração, de interação e troca, de alinhamento de papéis em que professor e aluno se põem na mesma posição: são parte da “equipe editorial” do jornal, ocupam “a redação” com papéis distintos e não hierárquicos como na sala de aula, em que ao professor é reservada a autoridade sobre a sala de aula.

Com efeito, segundo Gonçalves (2014, p. 4), o jornal (escolar) é

[...] fundamental na escola por possibilitar muitos caminhos, além de ser sedutor, pois representa a vida no seu cotidiano, dizendo respeito à experiência real [...] O jornal na sala de aula produz um efeito significativo naqueles que participam de sua leitura. Surge a necessidade de se comentar os fatos, de se opinar, trocar ideias, refletir e abrir-se para discussões. Ler uma notícia ou matéria de jornal é também poder olhar um pouco para si mesmo, é o: Eu faço parte de..., ou: Será que isso é mesmo verdade?, ou: Como mudar isso?

Para Alain Choppin (1998), é preciso lembrar que, no mundo contemporâneo, as ferramentas pedagógicas voltadas à formação cívica foram consolidadas após a Revolução Francesa (1789). Por comportarem elementos e objetivos inconciliáveis, são carregadas de traços ambíguos. A questão passaria pela diferenciação entre instrução e educação cívica, nas finalidades, nos objetivos e nos conteúdos que compõem a

escolarização em nome do civismo. Tais atributos oscilam entre a exposição de dados objetivos (instrução) e a preocupação em suscitar a adesão a um sistema de valores (educação). Nas palavras de Choppin (1998, p. 185):

[...] oscila entre dois objetivos dificilmente conciliáveis: por um lado, deve modelar indivíduos de acordo com as normas sociais? Ou dar-lhes uma informação que lhes permita exercer livremente seu espírito crítico na urbanidade? O manual, do autor, que constitui a elaboração concreta dos objetivos de aprendizagem, flutua necessariamente entre duas funções: veicular uma ideologia, um sistema de valores, ou então expor conhecimentos objetivos.

Desde a década de 1930 tem havido iniciativas de uso de jornais na sala de aula (Pavani, 2007). Um exemplo, conforme Adair (1995, p. 123), ocorreu em 1932, quando o jornal *New York Times*, dos Estados Unidos, lançou um programa educacional: o “News Paper in Educacion Program, reconhecido como marco na história dessas iniciativas, através da distribuição sistemática de suas edições nas escolas”.

4.1 *A pedagogia da imprensa de Freinet e a escola nova no Brasil*

Contudo, a produção do jornal na escola, segundo Adair (1995), surgiu em 1896 e na França. Seu iniciador foi o educador Célestin Freinet, que desenvolveu um método baseado na experiência de vida e que concentrava a vivência de aprendizagem das crianças. Em 1924, agregou a técnica da impressão (tipografia) à sua prática docente. Com isso, seus alunos produziam e imprimiam seus próprios textos. O intuito era que pensassem e articulassem textos em seu mundo, adquirindo consciência crítica e autônoma.

O estímulo foi não só a crianças, pois adultos também participaram da jornada de codificar, na prática escolar, uma dimensão de funcionamento da comunicação, qual seja, o jornal impresso (Adair, 1995). Isso porque o jornal pode veicular discursos variados, ou seja, uma tipologia textual que permite ampliar o contato com escritos de natureza e função variada, do poema à notícia, dentre outros. Como disse Bakhtin (1992, p. 262): “A riqueza e a variedade dos gêneros do discurso são infinitas, pois a variedade virtual da atividade humana é inesgotável, e cada esfera dessa atividade comporta um repertório de gêneros do discurso que vai diferenciando-se e ampliando-se à medida que a própria esfera se desenvolve e fica mais complexa”. Para Faria (2006, p. 12),

A leitura de jornal oferece, ainda, um contato direto com o texto

escrito autêntico (e não com textos preparados apenas para serem usados na escola). Desenvolve e firma a capacidade leitora dos alunos; estimula a expressão escrita dos estudantes, que aprendem com o jornal a linguagem da comunicação para transmitir suas próprias mensagens e informações.

De fato, Freinet é visto como o sistematizador de uma pedagogia da imprensa escolar, ou seja, da produção docente-discente de jornal na escola como procedimento pedagógico vantajoso. Mais que isso, foi um educador e estudioso da educação, da pedagogia e da didática que, dada a relevância de suas ideias, se alinhou no grupo de europeus e estadunidenses que foram vistos como representantes do movimento da escola entre o fim do século XIX e o começo do XX (Costa, 2008).

Freinet se iniciou na docência em 1920. Com o passar do tempo atuando em uma escola pequena, teria passado a negar o ensino tradicional por vê-lo como falho. Com isso, se punha em sintonia com educadores tais como Montessori, Decroly, Claparède, Dewey e outros que já o negavam desde o início do século XX, assim como propunham saídas aos moldes tradicionais. Portanto, Freinet não foi pioneiro nesse sentido, mas o foi em outro. Em 1924, iniciou o trabalho com a imprensa na referida escola para a produção e divulgação de textos dos alunos em jornais escolares. Não havia interferência direta de adultos; só ajudavam quando eram solicitados. A intenção era frisar o papel autoral das crianças; ou seja, romper com intenções de adestramento vista na concepção pedagógica que ele combatia (Costa, 2008).

As concepções de educação, a proposta pedagógica e a prática docente de Freinet o situaram em meio ao movimento de trabalhadores organizados franceses no período das guerras mundiais. Trouxe o ideário do socialismo para o seu trabalho em função da dimensão social como mediação e destino do fazer da escola. Nesse sentido, ele não se alinhou no movimento da escola nova em sentido estrito, mas teria sido influenciado por este no que se refere à concepção de educação e de desenvolvimento infantil. E, de fato, não parece ser um dos nomes mais destacados pela difusão do ideário da escola nova no Brasil, ao menos não como a tríade Claparède–Decroly–Dewey.

Em sua pedagogia da imprensa, Freinet (1974, p. 66) destaca três tipos de vantagens do jornal escolar, das quais aludimos a uma: a valorização do comportamento social de alunos e professores na escola. Nesse sentido, salienta o “trabalho de equipa que faz a preparação prática para a cooperação social das crianças”; a “atividade social cuja necessidade é sentida pela turma inteira”; “cada aluno faz parte de um todo que necessita de diligência, aplicação e perfeição”; “cada um deve desempenhar correctamente

a sua tarefa”. Assim, “Todo o acto que possa alterar o bom funcionamento da imprensa é sancionado pelo grupo ou equipa que faz questão de cumprir bem o seu trabalho”.

Além disso, Freinet (1974, p. 66) argumenta que “a edição e a difusão do jornal escolar são a melhor das preparações para as responsabilidades sociais”. Isso porque “pressupõe a cooperação escolar”, numa lógica longe da técnica tradicional de trabalho escolar, do “compêndio individual”, dos trabalhos que “devem ser feitos individualmente”, das “lições a decorar”. Enfim, o jornal escolar é “indispensável [á] ligação com os pais”, ou seja, a proximidade entre escola e família, que ele vê como “mais indispensável do que nunca” e que se beneficia do jornal que os filhos fazem e levam para casa como produto de sua aprendizagem, assim como retrato do que se faz na escola. Conforme Freinet (1974, p. 66), “o que *os pais esperam* do jornal escolar, não é tanto as notícias da região — que eles conhecem — mas mais os *aspectos originais do trabalho dos seus filhos* (grifo nosso).

É possível aventarmos essas características na produção de *O brasileiro*. Pelo cabeçalho da edição exibida acima, se nota o envolvimento do corpo discente, em especial do terceiro e quarto ano primários, conforme os nomes que aparecem na capa; mas se abria a colaboradores de todos os anos. Ao mesmo tempo, se nota atribuição de papéis sociais como os “cargos” de diretor e gerente, aos quais se atribuiriam responsabilidades extras, a exemplo da preparação de uma edição: recolher textos do alunado, adequá-los ao espaço do jornal, pensar na diagramação, escolher tema da capa etc. A isso se acresce a necessidade de muita interação: diálogos e reflexões sobre as escolhas a serem feitas: texto, imagem, tipo de letra, número de páginas e outros quesitos que implicam tomada de decisões.

De fato, Freinet (1974, p. 66) argumenta que o jornal escolar é “instrumento de iniciação à vida cívica e à compreensão internacional”; e isso ocorre pela “preparação individual e colectiva das páginas do jornal”, pelo “voto regular que decide da escolha dos textos”, pela “organização cooperativa necessária ao trabalho novo”, pela “redacção e difusão”. Tudo ajuda a fazer “a melhor das preparações para a actividade cívica dos futuros cidadãos”.

De fato, a edição de *O brasileiro* se enquadra nessa concepção ao ter na capa uma homenagem às mães — ao dia delas; se trata de data alinhada na tipologia que inclui as datas cívicas. Mas entendemos que podia ir além em função da realidade local tendo em vista as concepções que lhe subjazem como produção pedagógica docente–discente.

Embora o jornal fosse produto da formação escolar, o valor de sua produção

como aprendizado poderia se estender à vida extramuros do alunado, em especial após findar Ensino Primário. Dizemos isso porque o jornal circulou a ponto de chegar à redação do jornal *Folha de Ituiutaba* (1958, p. 1); ou seja, foi noticiado na capa com elogios como este: “Honrosa distinção premiou há pouco os esforços de diretoria e dos corpos docente e discente [...] o órgão de imprensa, o simpático ‘O brasileiro’ recebeu justos e rasgados elogios da Secretaria de Educação do Estado de Minas Gerais”.

O reconhecimento oficial das qualidades de *O brasileiro* como jornal escolar era, a rigor, o reconhecimento das competências de quem o produzia. Era um atributo que se acrescia, por exemplo, aos alunos que participavam da produção material e da elaboração do conteúdo editorial. Saíam da escola não só com o diploma de conclusão do Ensino Primário e os conhecimentos neste presumidos; mas também com um saber a mais, um atributo extra no currículo (no histórico): estavam aptos a programas de estágio ou de aprendiz, a exemplo do que oferecia a *Folha de Ituiutaba* (1960, p. 1).

A redação deste jornal tem algumas oportunidades para jovens, de preferência bancários ou estudantes, que tenham pendor para o jornalismo e queiram se submeter a testes nos setores de reportagem ou publicidade [...] É escusado apresentar-se quem não tenha um mínimo aceitável de capacidade redacional e desembaraço pessoal;

Como podemos deprender, de fato as palavras jovem e bancário no anúncio sugerem oportunidade para um público com idade acima de 12 anos, possivelmente secundaristas (faixa etária 14–7), e não a recém-formados no Ensino Primário. Mas cremos que essa leitura não invalide a associação entre a experiência com o jornal escolar e a possibilidade de trabalho na redação do jornal da cidade, porque havia abertura para isso.

Em que pese a plausibilidade dessa leitura, resta o aspecto pedagógico em torno no jornal como medida do ideário da escola nova (tendo em vista o aspecto social). Há quem diga que Anísio Teixeira endossou o uso do jornal impresso em sala de aula como fonte de benefícios aos alunos (Pavani, 2007); mas não encontramos textos dele com tal defesa, tampouco outros que pudessem recomendar tal pedagogia. Nesse sentido, foi preciso buscar possibilidades de reconhecer o lugar do jornal escolar no ideário da Escola Nova no Brasil. Uma referência óbvia — o grupo escolar em Minas Gerais — nos levou à reforma do ensino nesse estado proposta por Francisco Campos, intelectual alinhado nas ideias escolanovistas (Oliveira, 2011), e sancionada em 1928.

A leitura do regulamento da reforma diz que do Ensino Primário não se esperaria

nada além do que é: um fim em si mesmo. Não visa preparar as crianças para graus superiores nem para o trabalho. Importaria uma formação que considerasse a criança como tal; que proporcionasse conhecimentos de utilidade para a infância, “noções suscetíveis de serem utilizadas nas operações ordinárias da vida”, como diz o artigo 249 (Minas Gerais, 1928, p. 1215). Ao mesmo tempo, o artigo 250 abria as perspectivas. A escola não ensinaria só noções conceituais, mas também formas de viver em comunidade, ou seja, em comunhão social, pois a criança precisa aprender a viver na sociedade que a circunda pela compreensão precoce de que participa dela: de seus “usos e processos da vida em comum”. Nesse sentido, seria desejável transformar a “*classe de sociabilidade* em uma sociedade em miniatura” (Minas Gerais, 1928, p. 1216; grifo no original).

Com efeito, é nessa ideia de transformação que vemos a instância que alia o jornal escolar à pedagogia da escola nova, ou seja, à prescrição para o Ensino Primário (o grupo escolar). A proximidade entre o texto da reforma e as vantagens sociais do jornal escolar ditas por Freinet escolar é quase literal no texto do regulamento, como em parágrafo único do artigo 251 e na redação do artigo 252.

Por um lado, para o fim de transformar a sala de aula, a escola em miniatura de sociedade, “os processos de ensino devem ser o mais possível *socializados*”, de modo a estabelecerem “entre o professor e os alunos e entre estes uns com os outros uma verdadeira *cooperação no estudo*, nas lições e nas experiências”; de maneira a suscitarem “nos alunos o estímulo que resulta do sentimento de colaboração”; além disso, as matérias do Ensino Primário “não devem ser ensinadas como se fossem um fim em si mesmas, mas como meios de *desenvolver o raciocínio, o julgamento e a iniciativa* [...] [o] poder de *observação, reflexão e de invenção* e de aplicar as noções adquiridas” (Minas Gerais, 1928, p. 1215; grifo nosso).

Da forma que lemos, essa “prescrição” da reforma parece ser o respaldo pedagógico-intencional que se abre à produção do jornal escolar como estratégia pedagógica; por consequência, é em tal produção que vemos uma permanência do ideário da escola nova no grupo escolar e o encontro com Freinet (ainda que ele tenha sido contemporâneo de Francisco Campos). Dizemos permanência considerando que *O brasileiro* começou a circular em 1956, ou seja, quase três décadas após a reforma. Logo, esta e seu ideário terão sido fortes o bastante para influírem na formação normalista dos anos 1930 em diante incutindo a intenção de fazer do Ensino Primário — do grupo escolar — uma experiência com fim em si mesma, mas de modo nenhum encerrado em si

mesma, para que, assim, a prática docente e discente funcionasse como preparação das crianças para a vida em sociedade, da qual a produção e leitura de jornais podem ser vistos como símbolo inequívoco.

5 Considerações finais

A produção do jornal escolar como procedimento pedagógico do ensino primário em grupo escolar mostra ser uma ação singular como prática escolar, em seu desenvolvimento e suas funções. Como trabalho, seguramente demanda muito mais dedicação de tempo, esforço e material do que uma aula (vale lembrar que era bimensal a edição de *O brasileiro*); demanda instalações que possam abrigar uma “sala de redação” para as atividades específicas de produção. Nessa lógica, dada a realidade de uma escola com muitas dificuldades materiais (falta de prédio próprio, de financiamento e materiais didáticos), era preciso que discentes e docentes se esmerassem no trabalho pedagógico coletivo para um contato profícuo com conteúdos disciplinares e de forma inventiva — como desejou Campos.

A invenção se mostrou na constituição de um modo de estimular a produção escolar disciplinar de forma prática: o jornal; que viria a ser espaço para uma escrita discente autoral, autêntica, de fato comunicativa, pois pressupunha que o texto seria lido e apreciado. Não se tratava de exercício. E, caso se possa ver o ensino de língua portuguesa como privilegiado na pedagogia do jornal escolar, devemos que isso vale para *a forma* do jornal: é um artefato basicamente escrito (sob certos padrões de gramaticalização, de ortografia e pragmática) e aberto ao uso da imagem. Dito de outro modo, *o conteúdo* do jornal se abria à exploração de conteúdos disciplinares associadamente ao trabalho de sala de aula, de modo que cada disciplina pudesse ser representada em textos de discentes publicados no jornal.

Nesse sentido, a produção do jornal importa muito como conhecimento para se entendê-lo mais a fundo como pedagogia: a escolha dos membros da redação, a atribuição de papéis e funções (os critérios), a produção editorial (sugestão de temas, recolha de texto, escolha do conteúdo, da capa...), a produção material (datilografia e impressão dos textos, produção das cópias) e a circulação de exemplares. Mas são temas que pedem uma pesquisa de mais fôlego e mais extensa.

REFERÊNCIAS

- ADAIR, Flavia. O jornal como instrumento pedagógico. Programa Folha Educação: uma proposta de leitura de jornal em sala de aula. *Comunicação & Educação*, jan./abr., 1995.
- ANTUNES, I. **Aula de português: encontro & interação**. São Paulo: Parábola, 2003.
- BADUY, Marina. **Grupo Escolar Prof. Ildefonso Mascarenhas da Silva: sua historicidade e o contexto econômico e social de Ituiutaba em sua implantação**. 2020. 155 f. Dissertação (mestrado em Educação) — Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia, 2020. DOI <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2020.3622>.
- CHOPPIN, Alain. Os manuais escolares na França e a formação do cidadão. *Veritas*, Porto Alegre, v. 43, n. especial, 1998.
- COSTA, Michele C. C. **O pensamento educacional de Célestin Freinet e suas aproximações aos ideais do movimento da escola nova**. 2008. 159 f. Dissertação (mestrado em Educação) — Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2008.
- FARIA, Maria A. **Como usar o jornal na sala de aula**. 10ª ed. São Paulo: Contexto, 2006.
- FREINET, Célestin. **O jornal escolar**. Lisboa: Estampa, 1974.
- GONÇALVES, Irene A. A melhoria da produção de textos através do jornal escolar. In: PARANÁ. **Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor PDE**, 2014. Curitiba: SEED/PR, 2014. V.1.
- JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. *Revista Brasileira de História da Educação*, n.1, p. 9–43, jan./jun. 2001.
- OLIVEIRA, Pâmela F. **Ações modernizadoras em Minas Gerais: a reforma educacional Francisco Campos (1926–30)**. 2011. 130 f. Dissertação (mestrado em Ciências Humanas) — Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia, 2011.
- PAVANI, Cecília. **Jornal: uma abertura para a educação**. Campinas: Papyrus, 2007.
- SCHLBAUER, Anaete R. **A constituição do método intuitivo na Província de São Paulo (1870–1889)**. São Paulo: USP, 2005. 350f. Tese (doutorado em Educação) — Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.
- VIEGAS, Juliana Goretti Aparecida Braga. **O processo de legitimação do grupo escolar como instituição de saber (Ouro Preto, Minas Gerais, 1900–1920)**. 2012. 106 f. Dissertação (mestrado em Educação) — Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais.
- XAVIER, Maria Elizabete; RIBEIRO, Maria Luisa; NORONHA, Olinda Maria. *A história da educação: a escola no Brasil*. São Paulo: FTD, 1994.

FONTES

— *Jornais*

FOLHA de Ituiutaba. **Jornal escolar de Ituiutaba recebe elogios**. Ituiutaba, MG, sábado, 22 nov. 1958, n. 924

FOLHA de Ituiutaba. **Oportunidades a jovens**. Ituiutaba, MG, quarta-feira, 19 maio 1960, n. 1021

— *Documentais*

MINAS GERAIS. Secretaria do Interior. **Regulamenta o ensino primário em Minas Gerais**. Decreto 7.970, de 15 de outubro de 1928. Disponível no link: <https://drive.google.com/file/d/142yK1P6w9y63jsB0SL2mE-zi4OfIzWmR/view>. Acesso em: 15 jul. 2024.

— *Orais*

BITTAR, Nagib. Ituiutaba, MG, 4 de fevereiro de 2009. 1 fita cassete (60 min). Entrevista concedida a Valéria Aparecida de Lima.

W. A. Ituiutaba, MG, 8 de janeiro de 2009. 1 fita cassete (60 min). Entrevista concedida a Valéria Aparecida de Lima.

ACERVOS CONSULTADOS

Arquivo da Escola Municipal Professor Ildefonso Mascarenhas da Silva Website da Hemeroteca da Biblioteca Nacional